

nº 61
**Janeiro/
Fevereiro
de 2001**

Sem bóia é que não afundamos!

Leonor Santos

EDUCAÇÃO E MATEMÁTICA

Directora
Ana Vieira

Redacção
Adelina Precatado
Ana Paula Canavarro
António Fernandes
Fátima Guimarães
Fernanda Perez
Helena Amaral
Helena Fonseca
Helena Rocha
Henrique M. Guimarães
Lina Brunheira
Maria José Boia
Paula Espinha
Paulo Abrantes

Colaboradores permanentes

A. J. Franco de Oliveira
Matemática

Eduardo Veloso
“Tecnologias na Educação Matemática”

José Paulo Viana
“O problema deste número”

Lurdes Serrazina
A matemática nos primeiros anos

Maria José Costa
História e Ensino da Matemática

Rui Canário
Educação

Composição e paginação
João Loureiro e Manuel Abrantes

Entidade Proprietária
**Associação de Professores
de Matemática**

Tiragem
5200 exemplares

Periodicidade
**Jan/Fev, Mar/Abr, Mai/Jun,
Set/Out, Nov/Dez**

Montagem, fotolito e impressão
Scarpa

Nº de Registo: 112807

Nº de Depósito Legal: XXXXXX

Como é do vosso conhecimento tem merecido, nestes dois últimos meses, especial destaque, nomeadamente num jornal diário, uma discussão à volta da publicação ou não dos resultados por escola das provas de aferição realizadas aos alunos do 4º ano de escolaridade. Da leitura dos diferentes argumentos apresentados ressalta desde logo que estamos em presença de dois conceitos de avaliação totalmente contrários, um visando o prémio/castigo e o outro a regulação. Partindo assim de dois pressupostos tão distintos, associados a visões igualmente contrárias do que é a escola, para que serve e como deve funcionar, não se trata efectivamente de uma discussão mas antes de monólogos ou de conversas de “surdos” e, como tal, infundáveis e improdutivoas. Procurarei, assim, recolocar a discussão numa outra dimensão, formulando e respondendo a algumas questões que me parecem estreitamente relacionadas com esta temática.

1. É importante avaliar o sistema educativo? Avaliar é um processo que compreende conhecer e compreender a realidade, identificar os seus pontos fortes e intervir de forma a melhorar os aspectos menos conseguidos. Ao perfilhar-se esta perspectiva de avaliação, emerge a pertinência de um dispositivo de avaliação do sistema que tenha como principal objectivo uma função reguladora. Este dispositivo deverá atender à multiplicidade e complexidade das componentes constituintes do sistema, abrangendo assim diversos campos, como seja, o currículo, os aspectos organizacionais e estruturais, as escolas e os professores. Se é certo que tal sistema é complexo e dificilmente se consegue pôr em acção de uma só vez, é igualmente verdade que nenhuma destas componentes por si só avaliam o sistema. A tentação de simplificar tal processo acarreta necessariamente leituras distorcidas da própria realidade que em nada contribuem para a sua compreensão e aperfeiçoamento. É exemplo deste fenómeno identificar a avaliação das escolas com o desempenho dos seus alunos ou estabelecer uma equivalência entre o desempenho dos alunos e o nível de competência dos seus professores. Seria excelente para a consciência de todos nós (excepto para os professores, claro!) sermos capazes de arranjar um bode expiatório para problemas tão complexos, tornando-os assim lineares. Mas de facto não é assim. Assumir a complexidade do sistema leva-nos a soluções bem mais trabalhosas e demoradas, mas, espera-se, igualmente mais eficazes!

2. Que implicações? Partindo-se dos pressupostos anteriormente enunciados, a construção de um dispositivo de avaliação do sistema educativo é feita em parceria com os diversos actores sociais nele directamente envolvidos e a sua concretização e desenvolvimento conta com a intervenção e corresponsabilização de todos. É num clima de confiança e de transparência de processos que se poderá caminhar para o objectivo que decerto todos desejamos, o de melhorar o sistema educativo. Não é com baixas expectativas à partida ou preconceitos, nem tão pouco estabelecendo rankings de escolas, que conseguimos criar uma cultura de avaliação para a melhoria. Neste segundo caso, procedendo de forma contrária, contribuímos apenas para criar um maior fosso entre as escolas, em termos de imagem social (premiando as “melhores”, tornando-as cada vez “melhores”, e punindo as “piores”, tornando-as cada vez “piores”). Sejamos capazes de aprender com as experiências mal sucedidas de outros países, sem termos de percorrer as mesmas etapas.

Neste processo de desenvolvimento, cabe a cada parceiro um papel participado
(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

com diversos tipos de contributos. Como ilustração do que acabámos de afirmar utilizemos as provas de aferição. Ao Ministério da Educação coube a tarefa de as realizar e de dar a conhecer os seus resultados às escolas. Estes elementos constituem um dado importante para cada escola reflectir e, enquanto organização aprendente, tirar as suas implicações e identificar as suas necessidades e medidas a tomar. Umas dependerão exclusivamente da escola, outras requerem o recurso a fontes externas, como o Ministério da Educação. É assim, num trabalho concertado que se poderá caminhar. Não numa lógica de atribuição de culpas ou de responsabilidades atribuídas a outros, mas antes numa visão responsável e assumida de um trabalho conjunto.

É tempo de nos libertarmos! Por muito que nos custe perder a bóia de salvação, embora ilusória, que nos faz pensar que a resolução dos problemas da educação passa por uma avaliação que controla, pune, culpa e que também desresponsabiliza, é tempo de apostar num processo em que todos estão inevitavelmente implicados, são responsáveis e têm de trabalhar colectivamente para um objectivo comum.

Leonor Santos
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
